

REVISTA

MEMÓRIAS EM UM CLIQUE

3º EDIÇÃO NOVEMBRO/2023



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL
Des. Virgínio Marques Carneiro Leão
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

20 anos

Inovação Cidadania Educação Memória

APRESENTAÇÃO

Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

Presidente

Desembargador Eleitoral Adalberto de Oliveira Melo

Vice-Presidente em exercício

Desembargador Eleitoral Sílvio Neves Baptista Filho

Escola Judiciária Eleitoral de Pernambuco

Diretora

Desembargadora Eleitoral Substituta Virgínia Gondim Dantas

Vice-Diretor

Desembargador Eleitoral Substituto Dario Rodrigues

Coordenador

Eduardo Sérgio Japiassú Correia Lima

Servidoras e servidores

Bruno Vitorino Silva Aguiar

Eduardo Sérgio Japiassú Correia Lima

Gilcikely Buarque Silva Almeida

Giovanna de Aguiar Dalla-Riva

Henrique de Araújo Lima Pereira

Hugo Lustosa Belfort do Nascimento

Maria Tereza de Cravo Barros Della Santa

Télia Gaspar

Estagiárias e estagiário

Helena Gomes

Jayane Damascena

Luann Leandro Santos

Maria Carolina Alves

Editoração

Coordenação administrativa

Eduardo Sérgio Japiassú Correia Lima

Télia Gaspar

Revisão

Bruno Vitorino Silva Aguiar

Gilvan Oliveira

Giovanna Dalla Riva

Unidade responsável pela organização

Escola Judiciária Eleitoral de Pernambuco - EJE PE

Assistência de Memória e Editoração - AME

Produção Textual

Bruno Vitorino Silva Aguiar

Eduardo Sérgio Japiassú Correia Lima

Gilvan Oliveira

Télia Gaspar

Virgínia Gondim Dantas

Produção editorial, diagramação, capa e projeto gráfico

Luann Leandro Santos

Supervisão de projeto gráfico e diagramação

Hugo Lustosa Belfort do Nascimento

ÍNDICE

Palavra da Diretora

5

Palavra da AME

9

Dr. Virgínio Marques Carneiro Leão: Notas Biográficas

13

Juíza Mariana Vargas: a primeira mulher a exercer
a Diretoria da Escola

21

Uma história contada em 20 pontos

25



Palavra da Diretora

A Escola Judiciária Eleitoral de Pernambuco está aniversariando e completando 20 anos de existência, com uma jornada permeada de crescimento e conquistas.

Em comemoração a esta data festiva, foi preparada uma exposição fotográfica para contar a história desse passado recente, retratando o caminho trilhado desde o seu nascedouro, em 10/12/2003, até os dias atuais.

Esse passeio fotográfico no túnel do tempo realiza um resgate do que foi vivido e construído por todos aqueles que vieram antes de nós, que pavimentaram o caminho e proporcionaram a edificação desse presente que vivemos.

Cada um que por aqui passou, seja na função de Diretor, Diretora, Coordenador, Coordenadora, Servidor e Servidora, deixou um pouco de si e plantou uma semente, com o sonho de construir um futuro que valha a pena ser vivido.

Cada passo dado, cada ação de capacitação, cada ato de cidadania levado a efeito serviu para colocar a esperança em movimento, na busca da

construção de um futuro mais plural, diverso e inclusivo. Foram sonhos coletivos que nasceram e conseguiram se tornar realidade.

É neste contexto que exsurge a importância de contar a história da Escola, a fim de preservar as memórias e valorizá-las, ressignificando o presente e incentivando os sonhos, para que os futuros desejáveis possam ser idealizados.

E neste ano de 2023, ao completar os 20 anos, verificou-se um marco histórico com a transmissão da Direção da Escola Judiciária Eleitoral do TRE para outra Desembargadora Eleitoral, segunda mulher a assumir essa função, tendo um significado especial por força da continuação da ocupação de espaço de poder por mulheres. Mais um passo em prol da democracia inclusiva, com incentivo a participação institucional feminina no Poder Judiciário.

Muitas atividades executadas neste ano merecem destaque especial. Na área de capacitação e educação foram realizados três cursos inéditos no âmbito da Justiça Eleitoral: (i) Governança Antidiscriminatória e Gestão da Diversidade no âmbito da Administração Pública e da Justiça Eleitoral, realizado no formato de imersão, com a alta gestão do Tribunal Regional Eleitoral, tendo como foco o letramento e compliance antidiscriminatório; (ii) Formação de Laboratoristas, com aprendizado voltado para técnicas e ferramentas ligadas à inovação na gestão dos processos de trabalho; (iii) Aplicação Prática do Protocolo de Gênero: Novas Lentes para o Sistema de Justiça, realizado em parceria com a Escola Superior da Advocacia da OAB-PE, com apoio da ENA – Escola Nacional da Advocacia, com a aula inaugural sendo ministrada pela Conselheira Salise Sanchotene, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que participou ativamente da elaboração da Resolução 492, de 17/03/2023, do CNJ.

Para além disso, a VI Turma de Pós-graduação em Direito Eleitoral, promovida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, pela Escola Judiciária Eleitoral do TRE-

-PE, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil, com a Escola Superior da Advocacia e, de forma inédita, com o Instituto Luiz Mário Moutinho, teve início no mês de setembro/2023, contando com a presença da Ministra Edilene Logo, do Tribunal Superior Eleitoral, para proferir a aula inaugural.

Relevante frisar que pela primeira vez o curso de pós-graduação apresenta paridade de gênero no corpo docente e ainda, de modo pioneiro, é coordenado por duas mulheres: a coordenadora científica, Dra. Maria Cláudia Bucchianeri, Ministra Substituta do Tribunal Superior Eleitoral, biênio 2021/2023, e a coordenadora executiva, Dra. Mariana Vargas, que exerceu a função de Desembargadora Eleitoral dessa Corte até maio do corrente ano. Um avanço na pauta da equidade de gênero.

Finalmente, houve a realização da 3ª Roda de Diálogo com Magistradas, no Município de Garanhuns, em colaboração com a Comissão de Equidade Étnico Racial e de Gênero deste Regional, visando, a um só tempo, dar efetividade à Resolução nº 255/2018 do CNJ e levar o evento para o interior, no intuito de beneficiar mais juízas.

As atividades da escola vão mais além, englobando ações sociais e ações do Centro de Memória da Justiça Eleitoral de Pernambuco.

Na área de cidadania é digno de nota o Programa Eleitor e Eleitora do Futuro realizado pela primeira vez em uma aldeia indígena, situada na Vila de Cimbres, no Município de Pesqueira, terra do povo Xukuru do Ororubá, no mês de junho/2023. O trabalho da Escola foi de conscientização dos estudantes da importância do voto, tendo contado com a participação ativa dos povos originários, com apresentação de rituais sagrados, envolvendo músicas, teatro e danças.

Também houve a inserção do Projeto Piquenique no Museu em setembro do corrente ano, realizado nos jardins do casarão onde funciona a EJE, quando das visi-

tas guiadas ao espaço museu, do Centro de Memória da Justiça Eleitoral de Pernambuco, para os estudantes das escolas públicas e privadas, no sentido de proporcionar às crianças e aos adolescentes uma vivência lúdico-pedagógica, ampliando as experiências de fruição do patrimônio cultural.

Em outra vertente, a partir da Portaria 483/2023 do TRE/PE, a Presidência da Comissão Multidisciplinar, responsável pelo Programa de Gestão do Conhecimento e Inovação deste Tribunal, passou a ser exercida pela Diretora da Escola, que desde então, além das demais atribuições, passou a incluir a inovação, com a primeira turma de laboratoristas tendo sido concluída em agosto deste ano.

Sem dúvida que a jornada diária é desafiante e instigadora. Os caminhos foram abertos e pontes edificadas por todos os que nos antecederam, não apenas junto à Presidência deste Tribunal; mas também perante a Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral; ao Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais; à Escola Judicial de Pernambuco (Esmape); à Escola Superior da Advocacia e ao Instituto Luiz Mário Moutinho, parceiros constantes, irmanados no mesmo objetivo de gestão de conhecimento.

Aqui, comporta ser feito agradecimento especial aos Desembargadores André Guimarães e Adalberto de Oliveira Melo, pelo apoio irrestrito às atividades desenvolvidas pela Escola, ao longo das respectivas gestões na Presidência deste Tribunal, sempre empenhados em promover uma transformação na sociedade, atuando com espírito vanguardista.

Todos somos construtores de futuro. Assim, nessa caminhada, cabe a cada um de nós tomar decisões para alimentar e nutrir as perspectivas de futuro, que precisa ser plural, diverso e inclusivo. Que cada um tenha a consciência de construir um futuro que valha a pena ser vivido, para que possamos ser ancestrais de nosso futuro.

A Escola Judiciária Eleitoral está nesse caminho, dando continuidade ao que foi iniciado em 2003, sempre tendo em mente que a transformação vem pelo caminho da educação.

Juíza Virgínia Gondim Dantas
Diretora da Escola Judiciária Eleitoral de Pernambuco

Palavra da AME

*“Um dia
Vivi a ilusão de que ser homem bastaria
Que o mundo masculino tudo me daria
Do que eu quisesse ter”*

Abro essa 3ª edição da Revista Memórias em um Clique com a canção Super-homem de Gilberto Gil, na ocasião em que lançamos esse número em comemoração aos 20 anos da Escola Judiciária Eleitoral.

A Desembargadora Eleitoral Virgínia Gondim, a qual assumiu a Diretoria da EJE em 18 de março deste ano, foi precedida por Drª Mariana Vargas, a primeira mulher a ser designada para ocupar o cargo de Diretora da Escola em 18 anos, desde a sua criação. Parece algo banal, até casual, essa ausência feminina, mas a chegada de uma mulher para a Diretoria pôde mostrar como essa lacuna foi tristemente estendida, ao mesmo tempo que evidencia a força que esse atuar feminino carrega em cada gesto e em cada realização.

Não por acaso, a gestão da Desembargadora Eleitoral Mariana, que tanto executou não apenas dentro da Escola, mas também no Tribunal

como um todo, inspira e nos mostra que muito se pode fazer com a energia feminina, traduzida em receptividade, eficiência e acolhimento. Por essas razões, além de todos os feitos da EJE, trazemos neste número uma seção especial retratando a trajetória luminosa de Dr^a Mariana Vargas, a qual segue Dr^a Virgínia que, com certeza, por sua competência e maestria honra àquela à altura.

Embora soe anacrônico celebrar como ponto alto de 20 anos de existência da Escola Judiciária Eleitoral a designação da primeira mulher exatamente quando a Escola atingiu a maioria, ou seja, apenas aos 18 anos de existência, resta-nos registrar como uma triste realidade nesse primeiro vintênio do século XXI, chamando a atenção para a necessidade da diversidade na mais sua mais ampla concepção, a fim de que sigamos atentas e atentos às necessidades da sociedade num mundo tão fundamentado em valores embrutecidos e violentos.

Convido você a clicar ao longo dessas páginas a trajetória da EJE que, apesar de nos orgulhar, mostra o quanto a história do Brasil, da qual somos atrizes e atores principais, precisa ser levada adiante com formação, informação e democracia, até onde o nosso alcance seja possível, ou seja, ao nosso redor e além.

Neste marco de 20 anos, olhamos para trás com gratidão pelos sucessos alcançados, mas também com um olhar voltado para o futuro. Temos ainda muitos desafios a enfrentar, novos horizontes a explorar e inovações a adotar. A Justiça Eleitoral está em constante evolução, e nossa Escola deve estar à frente desse movimento, inspirando e preparando pessoas para as demandas que virão.

Nossa missão continua sendo a de promover a ética, a imparcialidade e a excelência em todos os aspectos da Justiça Eleitoral. Com o apoio de vocês, tenho certeza de que continuaremos trilhando esse caminho com sucesso. Parabéns a todas as pessoas que contribuíram para o êxito desses 20 anos da Escola Judiciária Eleitoral, e sinto que “dias mulheres”, tão esperados, finalmente chegaram e se multiplicarão.

E ela, a Escola, se tivesse voz capaz de todas as pessoas ouvirem, provavelmente diria:

(...)
*Minha porção, mulher, que até então se resguardara
É a porção melhor que trago em mim agora
É a que me faz viver*

E que venham muitos mais dias como esses, de realizações em prol da democracia e da Justiça.

Télia Gaspar
Chefe da Assistência de Memória e Editoração



O jurista Dr. Virgínio Marques Carneiro Leão. Sem data. Acervo da família.

Dr. Virgínio Marques Carneiro Leão: Notas Biográficas

A Escola Judiciária Eleitoral de Pernambuco recebeu o nome do jurista Virgínio Marques Carneiro Leão, nascido no Recife em 3 de abril de 1865¹, há 158 anos. Filho de José Marques Carneiro Leão e de Celestina Eugênia de Sá Barreto, formou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1885².

Homem das artes e da cultura, sócio honorário da Sociedade Literária Gonçalves Dias³ e ligado à educação, fundou juntamente com José Antônio Gonçalves Mello, em 1890, o Instituto Pernambucano, estabelecimento de ensino de curso primário e secundário situado na rua do Hospício, n.º 63, que abriu suas portas à sociedade recifense em 7 de janeiro de 1891⁴.

¹ Diário de Pernambuco, coluna "Diario Social", tópico "Dr. Virgínio Marques Carneiro Leão", n.º 177, 17 de agosto de 1934, pág. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_11/12435

² Site da UFPE, "Dr. Virgínio Marques – Advogado e Professor Catedrático de Direito Constitucional". Disponível em: https://www.ufpe.br/arquivocj/curiosidades/-/asset_publisher/x1R6vFGRYss/content/dr-virginio-marques-advogado-e-professor-catedratico-de-direito-constitucional/590249

³ A Epocha, coluna "Gazetinha", seção "A Sociedade Litteraria", n.º 152, 8 de agosto de 1890, fl. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/373370/955>

⁴ Diário de Pernambuco, coluna "Revista Diária", seção "Instituto Pernambucano", n.º 284, 14 de dezembro de 1890, fl. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_07/2266

Em 1896⁵, aos 31 anos, ingressou na mesma Faculdade após prestar concurso, regendo a cadeira de Direito Constitucional⁶. Na ocasião de seu exame, em tempos de uma República brasileira ainda muito recente (15 de novembro de 1889), discorrendo sobre o sufrágio universal, escreveu:



Aspecto da Faculdade de Direito do Recife no dia da visita do senador (e futuro presidente) Washington Luís. Fonte: Revista de Pernambuco, ano 3, n.º 26, agosto de 1926, [pág. 25]. Acervo da Biblioteca Nacional do Brasil.

⁵ ROSAS, Tito dos Passos de Almeida (sem data). Memória Histórica dos Acontecimentos Mais Notáveis de 1896 Apresentada à Congregação da Faculdade de Direito do Recife, pág. 61.

⁶ Diário de Pernambuco, coluna “Diario Social”, tópico “Dr. Virgínio Marques Carneiro Leão”, op. cit.

*A soberania reside no povo e para os que assim pensam o povo tem o direito de escolher o modo pelo qual deve ser exercido o poder soberano, isto é, a forma de governo que melhor se conforma com os seus costumes, com a sua índole, que melhor em suma possa prover as suas necessidades. A noção de povo não deve ser limitada àqueles que têm uma renda determinada ou os que têm um certo grau de cultura intelectual; tais limitações somente podem ser justificadas tratando-se do governo que, oriundo de privilégios de classe, só com o auxílio destes privilégios poderá se manter.*⁷

Na Faculdade de Direito do Recife, ascendeu todos os postos, inicialmente como professor substituto, depois, catedrático e finalmente diretor em 1930, permanecendo nesse cargo até 1932, quando se aposentou⁸.

Atuou como secretário do Governo do Estado de Pernambuco durante a administração de Barbosa Lima (1892-1896), nas primícias do regime republicano; foi presidente da Intendência Municipal do Recife; deputado federal na legislatura de 1906-1908 pelo partido chefiado pelo Barão de Lucena; e após a Revolução de 1930 e a implantação do Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) exerceu a presidência do Conselho Consultivo do Estado.⁹

Advogado, jurista e catedrático de renome na cidade, integrou o rol de pessoas de notável saber jurídico selecionadas para integrar o vindouro Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco nos momentos que antecederam à implantação dessa corte especializada de Justiça, conforme comprovam os documentos da época. O grifo na transcrição abaixo é nosso:

⁷ Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (2013). Ata da 23ª Sessão. Sessão Administrativa. Recife, 12 de março de 2013, pág. 1-2.

⁸ Jornal Pequeno, matéria “Dr. Virgínio Marques Carneiro Leão”, n.º 183, 16 de agosto de 1934, pág. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/54524>

⁹ Diário da Manhã, matéria “Dr. Virgínio Marques Carneiro Leão. As demonstrações de pesar pelo falecimento do illustre professor de direito”, n.º 2202, 17 de agosto de 1934, pág. 11. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/093262_02/15135

Os desembargadores Nestor Diogenes e José Neves, componentes da comissão designada pelo sr. presidente do Superior Tribunal do Estado [atual Tribunal de Justiça de Pernambuco] para organizarem uma lista de dose nomes de pessoas notáveis, que tem de fazer parte do Tribunal eleitoral do Estado desincumbiram-se hontem dessa missão.

Na sessão ordinaria do Superior Tribunal, a comissão apresentou os seguintes nomes: drs. Hercilio de Sousa, Arruda Falcão, João Barreto de Menezes, Domingos Vieira, Pedro Cahú, Agamennon Magalhães[,] Andrade Bezerra, **Virginio Marques**, Barreto Campello, Thomaz Lobo, Mario Castro e Gondin Filho.

O Superior Tribunal aprovou a lista dos nomes acima, que deverá ser enviada, por estes dias ao sr. Presidente da República [Getúlio Vargas], a fim de serem escolhidos os três componentes do Tribunal Eleitoral do Estado.¹⁰



Alçado do Palácio de Justiça de Pernambuco. Fonte: Revista Ilustração Brasileira, ano V, n.º 46, junho de 1926, [pág. 72]. Acervo da Biblioteca Nacional do Brasil.

10 A Província, coluna "Notas forenses", nota "Fôro Estadual. Tribunal eleitoral do Estado", n.º 33, 13 de abril de 1932, pág. 8. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/128066_02/27445

Decorrente do Decreto n.º 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, o Código Eleitoral promulgado por Vargas, a criação da Justiça Eleitoral brasileira desdobrou-se no surgimento dos Regionais "na Capital de cada Estado, no Distrito Federal, e na sede do Governo do Território do Acre¹¹", e a escolha desse jurista de notório saber se inseria neste processo de implantação. Como demonstram as fontes documentais, o nome de Virgínio Marques fora um dos escolhidos pelo Presidente da República, uma vez que o jurista integra a primeira Corte do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, instalado em sessão solene conduzida por seu primeiro presidente, o Desembargador Luiz Cavalcanti Lacerda de Almeida, e realizada no Palácio de Justiça em 2 de agosto de 1932 às 13h. O destaque novamente é nosso:

*Estando presentes os senhores desembargadores doutores Nestor Diogenes da Silva e Mello, Oscar Gouveia Cunha Barreto, Adolpho Cyriaco da Cruz Ribeiro e Abelardo Moreira de Oliveira Lima, e os senhores doutores Domingos Marques Vieira, **Virginio Marques Carneiro Leão**, João Barretto de Menezes, Thomaz de Oliveira Lôbo e Oswaldo Guimarães de Souza, tomaram os mesmos posse, perante o senhor desembargador presidente, dos cargos de Membros effectivos e Membros substitutos do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco prestando compromisso de bem [...] cumprirem os seus deveres, tendo sido lavrado o respectivo "termo" que foi assignado pelo senhor desembargador presidente e pelos senhores Membros empossados.¹²*

Faleceu aos 69 anos no dia 15 de agosto de 1934, às 2h30, em sua residência à rua Leonardo Cavalcanti, n.º 304. À altura, exercia a presidência do Conselho Consultivo do Estado e também a vice-presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco¹³. "O enterramento do dr. Virginio Marques realizou-se, antehontem [15 de agosto de 1934], ás 16 horas, no cemiterio de Santo Amaro, perante grande numero de pessoas de representação social"¹⁴ e contou com discursos de Pedro Cahú, representando o Instituto da Ordem dos Advogados¹⁵, e do

11 BRASIL (1932). Decreto n.º 21.076, art. 5º, Parágrafo único, 2º. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1932. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>

12 Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (1932). Acta da Sessão de instalação do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco. Recife, 2 de agosto de 1932. Disponível em <https://apps.tre-pe.jus.br/publico/cemel/atas-de-sessao.html>

13 Diário da Manhã, matéria "Dr. Virginio Marques Carneiro Leao. As demonstrações de pesar pelo falecimento do illustre professor de direito", op. cit.

14 Jornal Pequeno, matéria "Dr. Virginio Marques Carneiro Leão", op. cit.

15 Ibidem.

representante do Diretório Acadêmico de Direito. Por ocasião de sua morte, a Faculdade de Direito do Recife decretou luto por três dias e a Escola Normal Pinto Júnior, onde o dr. Virgínio Marques também lecionou, não funcionou no dia seguinte ao seu decesso, hasteando em funeral o seu pavilhão e dirigindo um telegrama de pesares à sua família¹⁶.

Aproximados 79 anos depois de seu falecimento, em sessão administrativa ocorrida em 12 de março de 2013, o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco nomina oficialmente a Escola Judiciária Eleitoral de Pernambuco “Virgínio Marques Carneiro Leão” como forma de prestar homenagem à figura histórica do jurista pernambucano.

Bruno Vitorino
historiador e servidor da Escola Judiciária Eleitoral de Pernambuco

16 Diário de Pernambuco, coluna “Diário Social”, tópico “Dr. Virgínio Marques Carneiro Leão”, op. cit.





Juíza Mariana Vargas: a primeira mulher a exercer a Diretoria da Escola

Mariana Vargas foi a primeira mulher a assumir uma vaga de titular na Corte do TRE Pernambuco na classe reservada aos juízes e juízas de direito e a primeira diretora da Escola Judiciária Eleitoral, exercendo a função entre 2021 e 2023.

Na sua gestão, deu ênfase a ações e capacitações ligadas aos temas de gênero e os raciais. Realizou o 1º e o 2º Ciclos de Estudos Mulheres e Política, para abordar a participação das mulheres na Política, com seus avanços e desafios. Promoveu a capacitação em direito eleitoral para a Rede de Mulheres Negras, com o objetivo de preparar pré-candidatas e suas assessorias sobre as temáticas ligadas ao direito eleitoral, evento que congregou mulheres negras de vários estados do Nordeste.

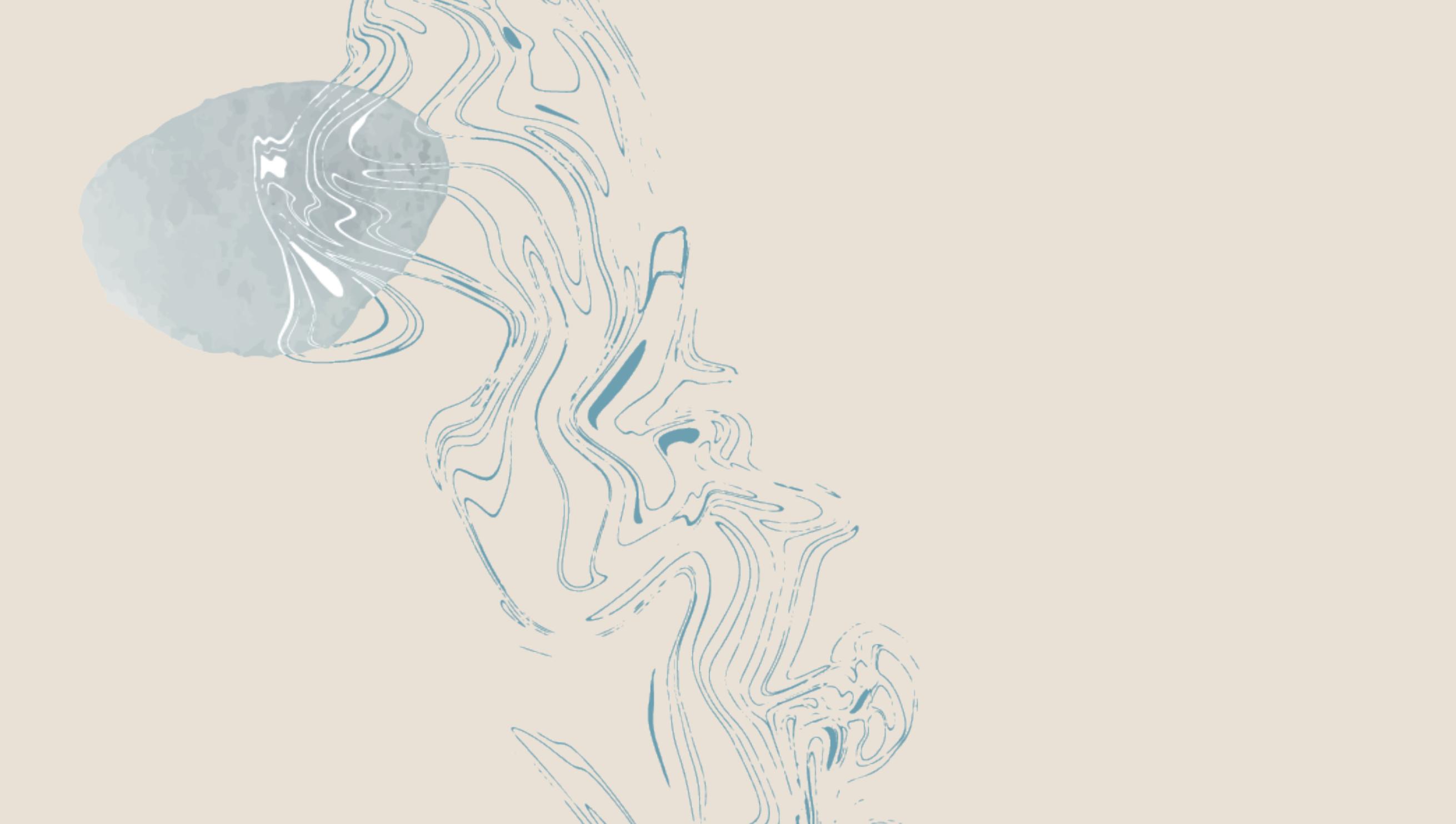
Foi durante a gestão de Mariana Vargas, com apoio do TRE-PE, que a EJE lançou a exposição fotográfica “Pioneiras”, com fotos das pernambucanas que foram as pioneiras na luta pelo voto feminino e das primeiras mulheres a ocuparem cargos de liderança no Executivo, no Legislativo, no Judiciário e em instituições ligadas à área jurídica no Estado. A exposição, por decisão colegiada da Corte, passou a fazer parte do Calendário institucional de eventos da EJE/ TRE.

Na sua gestão, a EJE sediou o 19º Colégio de Diretores e Diretoras das Escolas Judiciárias Eleitorais (Codeje), no período de 15 a 17/03/2023, com participação dos representantes das Escolas dos Tribunais Regionais e da Escola Judiciária Eleitoral do TSE, com o tema: “O papel das Escolas Judiciárias Eleitorais no fomento à Diversidade na Política”. A EJE também promoveu o curso “Governança Antidiscriminatória e Gestão da Diversidade no âmbito da Administração Pública e da Justiça Eleitoral”, para servidoras, servidores desembargadoras e desembargadores do Tribunal.

Como desembargadora eleitoral, Mariana Vargas teve atuação destacada no tema cota de gênero no registro das candidaturas proporcionais, com um olhar atento sobre a observância de todos os critérios na inscrição das chapas.

Gilvan Oliveira
Assessor de Comunicação do TRE/PE





Uma história contada em 20 pontos

A vida é como um belo, imenso e colorido bordado, onde tecemos, com agulhas e linhas imaginárias, ponto a ponto, os desenhos de tantas caminhadas. A Escola Judiciária Eleitoral de Pernambuco completa 20 anos de existência. Como resumir 20 anos de história em poucas palavras? Essa foi a primeira pergunta que surgiu ao pensarmos na edição desta revista comemorativa.

Resolvemos ilustrar com 20 pontos, desse tão lindo bordado, essa colorida história da Escola, como se estivéssemos alinhavando com fios da nossa memória essa longa e próspera caminhada.

Assim, com poucas palavras e alguns registros fotográficos, esperamos que o leitor e a leitora possam ter uma breve percepção da nossa história, das nossas atividades, da estrutura desta Escola. Que cada ponto, carinhosamente escolhido, possa proporcionar, aos que tiverem acesso a esta revista, um sobrevoo por esse lindo mosaico bordado no tecido das nossas emoções, observando esse universo da Escola Judiciária Eleitoral de Pernambuco. Uma escola que tece em cores o seu passado e revela, em sonhos e realizações, tão nobre missão de fortalecimento da democracia brasileira.

Eduardo Japiassú
Coordenador da EJE/PE

1

Os primeiros anos...

A Escola foi criada no dia 10 de dezembro de 2003, por meio da Resolução TRE/PE n.º 44, tendo como seu primeiro Diretor o Desembargador Zamir Machado Fernandes, na Secretaria, a servidora Cibele Maria Figueiredo Garrido (à esquerda) e a servidora Andréa Barreto Telles de Menezes (à direita), como Assistente da Secretaria.

Os que passaram pela EJE
Diretoria

Nesses 20 Anos de existência a Escola já teve 10 Diretores e 1 Diretora. Atualmente está sob a direção da Juíza de Direito, Dra. Virgínia Gondim Dantas, Desembargadora Eleitoral Substituta.



Zamir Machado (Diretor) e Célio Avelino (Vice-Diretor) - 2003 a 2004

Carlos Moraes (Diretor) e João Henrique Campos (Vice-Diretor) - 2004 a 2008

Sílvio Beltrão (Diretor) e Ademar Rigueira (Vice-Diretor) - 2008 a 2009



Francisco Julião (Diretor) - 2009 a 2010

Francisco de Queiroz (Diretor) e Carlos Damião Lessa (Vice-Diretor) - 2010 a 2011

Virgínio Carneiro Leão (Diretor) e Luiz Alberto Gurgel (Vice-Diretor) - 2011 a 2012

Ronnie Preuss (Diretor) e Erick Sial (Vice-Diretor) - 2012 a 2015



Alexandre Freire Pimentel (Diretor) e Roberto Campos (Vice-Diretor) - 2015 a 2017

Delmiro Campos (Diretor) e José Raimundo dos Santos (Vice-Diretor) - 2017 a 2020

Ruy Patu (Diretor) e José Alberto de Barros (Vice-Diretor) - 2020 a 2021

Mariana Vargas (Diretora) e Leonardo Maia (Vice-Diretor) - 2021 a 2023

3

Os que passaram pela EJE Servidores e servidoras

Muitos foram os servidores e as servidoras que contribuíram na construção e fortalecimento da Escola.



Equipe atual

Nos 20 Anos da Escola essa é a sua composição atual: Diretora, Vice-Diretor, Coordenador, Servidoras, Servidores, Estagiárias e Estagiário.

4

Da esquerda para direita:

Bruno Vitorino, Eduardo Japiassú,
Gilcikely Almeida e Giovanna Dalla Riva



Da esquerda para direita:

Henrique Pereira, Hugo Belfort, Télia
Gaspar e Tereza Della Santa



Estagiários

Da esquerda para direita:

Helena Gomes, Jayane Damascena,
Luann Leandro e Maria Carolina



5

Diretoria e Vice-Diretoria

Em sua composição, a EJE é formada por uma Diretoria e uma Vice-Diretoria, eleitos pelo Plenário da Corte, preferencialmente, dentre os Membros do Tribunal, efetivos ou substitutos, sem prejuízos de suas atribuições e vantagens, para um período de até 2 (dois) anos. Compõem a atual Diretoria, a Juíza de Direito Dra. Virgínia Gondim Dantas, como Diretora, e o Juiz de Direito Dr. Dario Rodrigues Leite de Oliveira, como Vice-Diretor.



6

Coordenadoria

Faz parte da estrutura organizacional da Escola uma Coordenadoria exercida por servidor/a efetivo/a da Justiça Eleitoral, com graduação em nível superior, com nomeação mediante portaria da Presidência do Tribunal. Na composição atual, na Coordenadoria da EJE está o servidor Eduardo Sérgio Japiassú Correia Lima e, como Assistente-Chefe, a servidora Gilcikely Buarque Silva Almeida.



7

Assistência de Estudos Eleitorais - ASEEL

Responsável pela realização de cursos, congressos, simpósios, seminários e demais eventos de capacitação em Direito Eleitoral para magistradas/os, servidoras/es e demais interessados. Hoje sob a chefia do servidor Hugo Belfort.



8

Assistência de Programas Institucionais - ASPIN

Responsável por coordenar o Programa Eleitor e Eleitor do Futuro, o Programa Mesário Voluntário e eventos de cidadania promovidos pela Escola. Hoje sob a chefia do servidor Henrique de Araújo Lima Pereira.



9

Assistência de Memória e Editoração - AME

Responsável pela administração do Centro de Memória da Justiça Eleitoral (Cemel) e pelas publicações institucionais da Escola. Hoje sob a chefia da servidora Télia Gaspar Gonçalves de Alvarenga.



10

Centro de Memória da Justiça Eleitoral - Cemel

Inaugurado no dia 2 de agosto de 2016, o Cemel funciona na Sala Desembargador Luiz Cavalcanti Lacerda de Almeida, homenagem ao primeiro Presidente deste Regional, localizada no Anexo Ministro Djaci Falcão, com a exposição permanente "Caminhos da Democracia: uma história da Justiça Eleitoral de Pernambuco". Tem por finalidade difundir a memória institucional, a história do processo eleitoral brasileiro e a importância da Justiça Eleitoral.



11

Outras atividades do Cemel

Visitas Guiadas de estudantes ao Cemel com treinamento com a urna eletrônica e dinâmicas com atividades lúdicas abordando o tema eleitoral. Piquenique no Museu é outra atividade realizada com estudantes, que durante a visita guiada participam de um piquenique temático nos jardins do casarão do Anexo Ministro Djaci Falcão. Tratamento de Documentos Históricos que teve início por meio de convênio do Tribunal com a Universidade Federal de Pernambuco e o seu Departamento de História.



12

Eventos Acadêmicos

A Escola promove diversos eventos com a temática do Direito Eleitoral, todos direcionados a magistradas/os, servidoras/es e demais pessoas interessadas, tais como congressos, simpósios, ciclos de estudos, dentre outros. Destacamos o Curso de Pós-graduação em Direito Eleitoral, tido como referência nacional e, atualmente, com a VI turma em andamento.



13

Pós-graduação em Direito Eleitoral

Iniciada em 2011, a Pós-Graduação em Direito Eleitoral atualmente está na sua sexta turma e é realizada em parceria com a Escola Superior de Advocacia da OAB/PE e com o Instituto Luiz Mário Moutinho - ILMM.



14

O Programa Eleitora e Eleitor do Futuro

Idealizado pelo Tribunal Superior Eleitoral no ano de 2003, com o nome de Projeto Eleitor do Futuro, foi institucionalizado pelo TRE de Pernambuco três anos mais tarde. No nosso Regional já foi renomeado de Programa Político/Eleitor do Futuro, mas a partir deste ano de 2023, passou a ser chamado de Programa Eleitora e Eleitor do Futuro, o qual, desde a sua implantação, já beneficiou cerca de 90 mil estudantes no estado.



15

Eventos Nacionais

A Escola já sediou três encontros do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais (Codeje) e sempre participa de encontros nacionais realizados em vários estados do país e no Tribunal Superior Eleitoral.



16

Publicações da EJE

Na sua história, a Escola já realizou diversas publicações institucionais, como relatórios de gestão, compêndios de jurisprudências, manuais, dentre outras.



17

Eventos que marcaram

Vários eventos marcaram esses 20 anos da Escola, dentre eles podemos destacar os seguintes:



Curso de imersão "Governança Antidiscriminatória e Gestão da Diversidade", com o instituto Enegrecer - Caruaru/2023



Palestra do Programa Eleitora e Eleitor do Futuro realizada na Aldeia Xucuru de Ororubá - Pesqueira/2023



I Ciclo de Estudos Mulheres e Política, com a participação do Ministro Edson Fachin - Recife/2022



Curso de Formação de Laboratoristas em Inovação - ENCANTAR - Recife/2023



II Ciclo de Estudos Mulheres e Política, com a participação da Ministra Maria Claudia Bucchianeri - Recife/2022

18

Exposição Pioneiras

A exposição Pioneiras foi lançada em 2023 com o objeto de homenagear, a cada mês de março, pernambucanas pioneiras em suas lutas pelo voto feminino, mulheres que ocupam cargos de liderança, mulheres que se destacam em cargos institucionais e aquelas que inspiram pelos seus relevantes trabalhos sociais.



19 Aldeia Xucuru de Orurubá

Dentre as ações do Programa Eleitora e Eleitor do Futuro, a visita aos indígenas da Aldeia Xucuru de Orurubá, no município de Pesqueira/PE, no distrito de Cimbres, foi um dos momentos mais marcantes do Programa.



20 Homenagens

A Escola, por meio de resolução do Tribunal, homenageia, com o Diploma do Mérito Acadêmico, todos os anos, personalidades que se destacam por seus serviços prestados à sociedade na valorização da cidadania, do voto e de trabalhos eleitorais consoantes com os objetivos da escola. Também, a cada mês de março, é ofertado o prêmio “Mulheres que Fazem a Diferença”, homenageando duas servidoras da Justiça Eleitoral de Pernambuco em evento dedicado ao Dia Internacional da Mulher.



